

Serviço Social e Questão Social sob a ótica do método crítico dialético: reflexões a partir da experiência histórica brasileira

Social Work and Social Issue from the perspective of the critical dialectical method: reflections from the Brazilian historical experience

Servicio Social y Cuestiones Sociales desde la perspectiva del método dialéctico crítico: reflexiones desde la experiencia histórica brasileña

José Carlos do Amaral Junior¹

<https://orcid.org/0000-0002-9983-4181>

RECEBIDO: Junho, 2024 | **ACEITE:** Julho, 2024 | **PUBLICADO:** Agosto, 2024

Como citar: Junior, J. C. (2024). Serviço Social e Questão Social sob a ótica do método crítico dialético: reflexões a partir da experiência histórica brasileira. *RAC: Revista Angolana de Ciências*, 6(2), e060201. <https://doi.org/10.54580/R0602.01>

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo apresentar uma análise bibliográfico-documental sobre o conceito de Questão Social, sua incursão pelo Serviço Social brasileiro e as relações com o materialismo histórico-dialético. Metodologicamente, por meio de um resgate histórico, demonstrou como o conceito surgiu no espectro conservador do capital concorrencial, assumindo mais tarde uma nova abordagem por meio das contribuições da Teoria Social Crítica. Para o Serviço Social brasileiro, principalmente após a renovação de seu escopo nos anos 1980, a Questão Social compreendida pelo materialismo histórico-dialético passou a ser elemento fundamental para a análise e estrutura-conjuntura que subsidia a forma madura atualmente vigente da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social, Ciências humanas e sociais, Política social e bem-estar.

ABSTRACT

This article aims to present a bibliographic-documentary analysis of the concept of Social Question, its incursion into Brazilian Social Work and its relations with historical-dialectical materialism. Methodologically, through historical review, it demonstrated how the concept emerged in the conservative spectrum of competitive capital, later taking on a new approach through the contributions of Critical Social Theory. For Brazilian Social Work, especially after the renewal of its scope in the 1980s, the Social Question understood by

¹ IDR-Paraná, Irati, Brasil. E-mail: jcamaral1987@gmail.com

historical-dialectical materialism became a fundamental element for the analysis and structure-conjuncture that supports the currently current mature form of the profession.

Keywords: Social Work, Human and social sciences, Social policy and welfare.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar un análisis bibliográfico-documental del concepto de Cuestión Social, su incursión en el Servicio Social brasileño y sus relaciones con el materialismo histórico-dialéctico. Metodológicamente, a través de una revisión histórica, se demostró cómo el concepto surgió en el espectro conservador del capital competitivo, tomando luego un nuevo enfoque a través de los aportes de la Teoría Social Crítica. Para el Servicio Social brasileño, especialmente después de la renovación de su alcance en la década de 1980, la Cuestión Social entendida por el materialismo histórico-dialéctico se convirtió en un elemento fundamental para el análisis y la estructura-conjuntura que sustenta la forma madura de la profesión actualmente vigente.

Palabras clave: Trabajo Social, Ciencias humanas y sociales, Política social y bienestar.

INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo discutir a relação do conceito de Questão Social com o Serviço Social brasileiro, entendendo as alterações ocorridas por sua incursão pelo materialismo histórico-dialéctico. Sabe-se que, pelo peso que o conceito tem para a área, principalmente após atingir sua maturidade intelectual nos anos 1990, não é tarefa fácil conduzir tal percurso analítico. A noção do que é a Questão Social emerge no capitalismo concorrencial, de forma conservadora, como parte de um debate público que buscava lidar com os antagonismos de classe em suas expressões concretas. O conceito passou, no entanto, por diversos deslizamentos de sentido, mudando a conotação conforme as abordagens e discussões que o empregavam. Por isso, para lidar com tal natureza polissêmica, é preciso cuidado no trato histórico, mas também teórico-metodológico, do que se convencionou tratar por Questão Social.

Para o Serviço Social, portanto, esse é um debate salutar. Desde as novas Diretrizes Curriculares (DCs) da ABEPSS de 1996, a Questão Social passa a ser central na formação dos assistentes sociais, sendo entendida como o objeto de sua intervenção - portanto, sua razão de vir-a-ser no cotidiano - aqui usando as palavras Yamamoto (2022). Dessa maneira, entendido no movimento real em sua concreticidade, o conceito também ganha fôlego em sua compreensão dentro de uma teoria social crítica capaz de lidar com os antagonismos de classe: o materialismo histórico-dialéctico. Essa combinação particular, em que a Questão Social passa a ser compreendida por meio do materialismo histórico-dialéctico, possibilita ao Serviço Social se entender no bojo das relações sociais, apreendendo o seu vi-a-ser cotidiano, suas contradições, e as demandas reais que se apresentam à profissão.

Essa postura teórico-metodológica no entendimento da Questão Social faz emergir também no seio da categoria a necessidade de apreender as contingências históricas que conformam seu objeto de atuação. Dessa maneira, é impossível proceder com uma análise das expressões concretas da Questão Social, sem que seja considerada a relação estrutura-conjuntura da sociedade brasileira em que o objeto se conforma. E

aqui, percebe-se de imediato, com o avanço do ultraneoliberalismo² e as consequências do capitalismo tardio na luta de classes, estamos adentrando especificamente um terreno movediço para compreender o Brasil contemporâneo: da precarização e desregulamentação do trabalho levado ao extremo, do desmonte das políticas sociais, do aumento da desigualdade social, do aumento da pobreza absoluta e relativa, da disputa pelo fundo público etc. Por isso, é preciso colocar em perspectiva que as expressões da Questão Social para o Serviço Social atual só podem ser corretamente apreendidas se atravessadas pela estrutura-conjuntura da atualidade.

Assim considerando, com esse desafio posto ao presente texto, organiza-se três partes para contemplar o objetivo proposto, a saber: (1) primeiro, será abordado o conceito Questão Social em sua trajetória pela história, pontuando suas formas de expressão mais relevantes e sua polissemia; (2) posteriormente, será apresentado como a Questão Social aparece e se conforma na história do Serviço Social, de seu formato tradicional ao que se convencionou chamar hoje de maturidade intelectual da área; e (3) em um terceiro momento, será apresentado como a adoção do materialismo histórico dialético atravessa a leitura das expressões da Questão Social com as quais lidam os assistentes sociais, demonstrando sua atualidade na compreensão dos dilemas atuais com os quais lida a profissão.

ELEMENTOS METODOLÓGICOS

O artigo foi elaborado a partir de uma análise bibliográfico-documental, que nos termos de Gil (2008) é a técnica adequada para pesquisas científicas de caráter exploratório, ou cujos objetivos sejam promover sínteses teóricas a partir do que já se tem construído na comunidade científica. Essa modalidade de pesquisa pode envolver estudos de revisão, a construção de estado da arte sobre um tema/disciplina ou ainda a interseção entre construções teóricas de diferentes áreas.

Em termos de condução metodológica em nível macro, utiliza-se o materialismo histórico-dialético, que como explicado por Netto (2011b), é uma postura crítico-reflexiva do sujeito que investiga, direcionando certo posicionamento filosófico, ontológico e epistemológico. Portanto, mais do que um conjunto de procedimentos a ser aplicado, o materialismo histórico-dialético aparece nesse texto como postura investigativa e crítica no entendimento da relação sujeito-objeto. É importante destacar o duplo viés dessa escolha diante do objetivo proposto: o materialismo histórico-dialético é método e, como tal, analisado também historicamente em sua trajetória de incursão pelo Serviço Social brasileiro.

Foram consultados os principais referenciais bibliográficos e documentais da área desde a década de 1980, incluídos conforme relevância de citação e fonte de publicação³, sendo utilizados para essa análise os seguintes trabalhos: Borges et al. (2021), Cantalice (2016), Castro (2011), Guerra (2018), Iamamoto (2013; 2022), Iamamoto e Carvalho (2014), Montañó (2006), Mota e Rodrigues (2020), Netto (2009; 2010, 2011a, 2018), Pastorini (2010), Pereira (2021), Pontes (2016), Santos (2012), Siqueira (2013) e Yazbek (2021).

² A categoria é bem explicada em Behring (2021), como um contexto de agravamento e acirramento dos elementos do neoliberalismo diante das crises do capitalismo tardio.

³ Foram priorizados os livros publicados em editoras nacionais de ampla circulação entre os cursos de Serviço Social e os artigos publicados em periódicos nacionais com classificação A1 e A2 pela CAPES.

O CARÁTER POLISSÊMICO DA QUESTÃO SOCIAL

O conceito de Questão Social emergiu primeiro nos estratos conservadores, ainda no contexto do capitalismo concorrencial europeu (Santos, 2012). Netto (2011) também faz uma argumentação a respeito, demonstrando como o debate público passou a se importar com a temática no contexto dos “problemas sociais” que emergiam da expansão e crescimento do capitalismo. Aqui, ambos destacam, o conceito tomou forma catalisando diversos fragmentos da “opinião pública” que se acumulavam sobre o fenômeno da pauperização - não só presente em demasia no capitalismo, como condição *sine que non* para sua existência.

Sobre essa análise em específico - pauperização e capitalismo – Siqueira (2013) demonstra como mesmo não se tratando a pobreza de um “subproduto” do capital, mas da condição para sua realização, as leituras conservadoras da época buscavam caminhos ideológicos específicos, ora voltados para a criminalização, ora voltados para o fatalismo, a culpabilização dos pobres e sua estreita relação com as tratativas caridosas. O conceito de Questão Social, portanto, emerge desse contexto, nos contornos conservadores de uma leitura ideologizada sobre a pauperização que assolava a Europa - escoradas no liberalismo e no neotomismo, de grande força à época.

É verdade que a pobreza não é exclusividade do capitalismo, tendo existido nos modos anteriores de produção, como no feudalismo e na antiguidade escravista. No entanto, Marx e Engels (2007) demonstram o paradoxo de sua permanência com o desenvolvimento do capitalismo: pela primeira vez na história o desenvolvimento das forças produtivas daria conta de resolver o problema da escassez dos grupos humanos, não o fazendo porque a lógica implícita no jogo do capital é o da acumulação desigual. Marx, ao desenvolver a Teoria do Valor em “O Capital” (2017), deixa claro que a realização do mais-valor pressupõe a extração de trabalho sobrando da classe trabalhadora, condições fundamentais para a realização das taxas de lucro. Em outras palavras, o movimento do capital não só é responsável pelo crescimento da pobreza absoluta e relativa, como dele depende para sua realização acumuladora.

Essa “preocupação” com a pauperização no capitalismo concorrencial, portanto, tem demarcações bastante específicas. Marx demonstra em diversos momentos de sua obra - e aqui cite-se o exemplo dado em “Os Despossuídos” (2017) - em como a nascente burguesia não hesitou em cercear, expulsar, saquear e impedir os camponeses de reproduzirem suas próprias condições de vida. Essa foi a tônica do capitalismo para formar e manter um exército industrial de reserva, fundamental em sua implementação, visto que era necessário ter disponível força de trabalho a baixo custo. O que parece mesmo ter emergido enquanto preocupação nesse trato da Questão Social conservadora foi a possibilidade de impactos que essa pauperização desenfreada poderia exercer no próprio regime de acumulação, como revoltas, insurreições e revoluções. Esse elemento está bem descrito em Netto (2011) e Santos (2012), mas pode também ser apreendido nos textos de Marx, como um todo. Aqui - valendo-se dos autores citados anteriormente - vale destacar que no marxismo não há o trato específico com a Questão Social, mas uma riqueza analítica bastante significativa nas formas de suas expressões no capitalismo do século XIX.

O contexto em que emerge esse debate, vale lembrar, é de uma Europa que começou a sentir mais fortemente os impactos do capital, como demonstra Hobsbawm (2018a;

2018b). O capitalismo concorrencial, discorre o autor, começa a ter que lidar com estratos da classe trabalhadora cada vez mais oprimidos, revoltados e esgotados, o que coloca em primeiro plano a situação precária das classes subalternas, em detrimento daquele sentimento anterior de que o novo regime iria resultar em progresso generalizado, discurso iluminista que a burguesia, agora classe dominante, abandonou na medida em que ascendeu ao poder. A Questão Social, portanto, apareceu primeiro nesse contexto.

Para entendê-la enquanto conceito, afirma Santos (2012), são mediações necessárias o modo de produção e a formação social. A abordagem marxista da Questão Social - embora não utilizando propriamente esse conceito - afasta essa leitura conservadora, ao demonstrar que o fluxo do capital se vale do aumento da pobreza, bem como de outras variadas formas de opressão, para se realizar. Como argumenta Pereira (2021), nesse contexto, a Questão Social aparece enquanto desigualdades sociais antagonizadas no capitalismo, e não coisificadas. Ou seja, a autora demonstra como pela via marxista a leitura de suas expressões se afasta do vazio idealista, ao passo de que não podem e não devem se confundir com o modo de produção capitalista em si. É na relação capital-trabalho que se assentam as expressões da Questão Social, e é dos antagonismos de classe daí decorrentes que elas tomam forma objetiva - argumenta a autora.

Mesmo após as contribuições das leituras críticas da modernidade - da qual Marx faz parte - outras leituras sobre a Questão Social passaram a emergir, ora evocando elementos de sua tratativa conservadora, ora construindo novos elementos, que retiram a concreticidade da sua análise (Pastorini, 2010). A autora aponta, por exemplo, as diferenças de autores como Rosanvallon e Castel nessa tratativa, em que esse primeiro acredita na emergência de uma “nova Questão Social” na década de 1970, ao passo que esse segundo defende o pressuposto de que a Questão Social sempre existiu na sociedade, mas fragmenta sua abordagem de classe. A autora também demonstra como o conceito aparece em outros autores, a exemplo de Heller e Feher, desconstruindo uma leitura materialista que, nas palavras deles, seria puro misticismo da esquerda.

Netto (2010) coloca às claras essas emergências, quase sempre fruto das influências pós-modernas que se firmam como escopo ideo-cultural do capitalismo pós-1970: além da “nova questão social” designar apenas expressões atuais da “velha” Questão Social assentada na relação capital-trabalho, há um forte movimento de esvaziamento teórico-metodológico que tenta retirar do materialismo histórico-dialético suas contribuições. O autor demonstra, por exemplo, como após a Primavera dos Povos ocorrida em 1848, o conceito passou a ter um duplo significado: conservador para a burguesia, mas em sentido crítico para a classe trabalhadora consciente de si. O que apareceu mais tarde, afirma, já nas décadas finais do século XX, foi uma abordagem “conservadora” da Questão Social impulsionada pelo fim dos “trinta anos gloriosos” que se seguiram após a II Guerra - contexto do qual as formulações de Rosanvallon e Castel fazem parte. Esse movimento vai afetar também, de forma bastante incisiva, a produção de conhecimento e atuação no bojo do Serviço Social, embora com particularidades dicotômicas.

A QUESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

É importante, portanto, pensar a relação existente entre a Questão Social e o Serviço Social brasileiro. Netto (2010) argumenta que a relação entre Serviço Social e Questão

Social sempre existiu, embora em formatos diferenciados. Lembre-se aqui de Iamamoto e Carvalho (2014) e da tese fundamental para o Serviço Social brasileiro de que, diferente do que se pensava anteriormente, a área não foi uma continuidade histórica das formas pretéritas de ajuda, mas uma especialização da divisão sócio-técnica do trabalho que demandava por um profissional capaz de lidar, aos moldes almejados pela burguesia, com nuances específicas do capitalismo à época. Os autores demonstram como, por exemplo, o Serviço Social se constituiu uma profissão da “coesão e consenso”, visto que recrutada - a princípio das classes abastadas - para lidar com questões de ordem pública da crescente classe urbano-industrial brasileira, como a pobreza. Netto (2011a) mais tarde arrematou essa leitura ao articular essa demanda com o momento do capitalismo mundial e nacional, em que se justifica a necessidade de uma intervenção maior visto que um modelo específico de desenvolvimento e industrialização estava sendo implementado. Então, nas palavras desses autores, o Serviço Social brasileiro foi consolidado tendo como base as expressões da Questão Social daquele momento histórico, embora, fosse verdade, era à época uma prática ainda pouco refletida nesses termos.

Sobre a implementação do Serviço Social no Brasil em seu formato tradicional, sua consolidação primeiro pelo aporte teórico-metodológico franco-belga e posteriormente pelo estadunidense, e as implicações disso para seu trato com as expressões da Questão Social, a literatura da área é robusta. Castro (2011) demonstra como, por exemplo, o modelo frango-belga muito próximo da Igreja Católica e de suas encíclicas papais ajudou a mascarar a relação dos “problemas enfrentados” com o modo de produção capitalista, assumindo tom apaziguador, fatalista, messiânico e de conciliação. Esse momento neotomista da gênese profissional demarca uma tratativa subjetivista com as expressões da Questão Social. O autor destaca, também, como mesmo mais tarde, com a adoção do aporte estadunidense amplamente positivista-funcionalista, a supremacia da técnica escamoteou os nexos causais dos fenômenos com os quais os assistentes sociais lidavam, encontrando eco no Serviço Social de caso/grupo/comunidade para uma leitura da realidade individualizada, psicologizante e apaziguadora. Isso quer dizer, em outras palavras, que o Serviço Social tradicional, que prevaleceu fortalecido até os anos 1960 no Brasil, se retroalimentou de aportes teórico-metodológicos que, mesmo colocando-o diariamente em face das suas mais perversas expressões, falseava e limitava a realidade de compreensão da Questão Social. Os aportes teórico-metodológicos do Serviço Social tradicional, em resumo, estavam alicerçados em Teorias Sociais conservadoras, que atravessavam a leitura da Questão Social de outros sentidos.

O que prevalece, portanto, é um problema de dupla natureza: teórico e metodológico. Enquanto o Serviço Social lidava diretamente com as classes subalternas e com as contradições dessas frente à burguesia, faltavam-lhe os instrumentos e aportes adequados para assumir outro posicionamento e leitura da realidade, que se fizesse mais crítica. Esse cenário só se modificou com a emergência do Movimento de Reconceitualização na América Latina que, nas palavras de Castro (2011), emergiu da erosão desse modelo do Serviço Social, catalisado pelas modificações sócio-econômicas e culturais que se alastravam por essa porção do continente, projetadas na força de uma resistência ao *Social Work* estadunidense, que era prevalente como método nos anos 1960. Mas, como demonstra Netto (2018), o Movimento de Reconceitualização, pelo menos no Brasil, resultou em propostas muito diferentes - modernização conservadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura -

que postergaram uma verdadeira incursão pelas leituras marxistas em função da Ditadura Militar (O movimento se dissipou em 1975, em função das “ditaduras” pelo continente). Claro que experiências de ruptura já haviam tomado forma, como o Método BH, mas as condições objetivas para esse rompimento pela via da Teoria Social Crítica só foram aparecer mais tarde, com o enfraquecimento do regime autocrático burguês no Brasil e com o acúmulo teórico que a expansão universitária do Serviço Social permitiu no país.

O paradoxo do período ditatorial para o Serviço Social - e aqui novamente recorre-se a Netto (2018) - estava dado na expansão dos postos de trabalhos e universidades para suprir a demanda desenvolvimentista, o que mais tarde coadunaria com condições favoráveis para que pesquisa e produção de conhecimento na área fossem realizadas de forma crítica, ao passo de que a categoria profissional, agora maior e tendo um outro perfil social, também passou a se organizar. Iamamoto (2013) destaca que esse novo perfil de profissional, advindo da classe trabalhadora e rompendo com o “modelo de damas-de-caridade”, reforçou a necessidade de um Serviço Social que conseguisse se posicionar criticamente, em prol daqueles que constituíam os usuários de seus serviços - e parte da classe da qual também integravam.

Nos anos 1980, portanto, encontrando as condições objetivas necessárias para tal, o Serviço Social brasileiro passou a adotar o materialismo histórico-dialético, para entender a si mesmo no jogo das relações sociais, mas também para reestruturar a sua prática. Em outras palavras, a incursão pelo marxismo contribuiu com o vir-a-ser cotidiano da área, resultando em substantiva maturidade intelectual. A tese de Marilda Iamamoto é um marco expressivo dessa conversão, seguida por inúmeros outros trabalhos que qualificam e estruturam o conhecimento próprio do Serviço Social nos anos 1980 e 1990. Cite-se o Congresso da Virada, ocorrido em 1979, e o reposicionamento do Serviço Social a favor da classe trabalhadora, marco da primeira reivindicação da categoria no sentido de erguer uma outra estruturação teórico-metodológica e ético-política, que vai desembocar mais tarde no que é conhecido como Projeto Ético-Político da Profissão (PEPP), um projeto profissional que tem no horizonte de uma nova ordem societária a superação da ordem do capital. Sobre isso, os desdobramentos desse evento estão bem pontuados em Mota e Rodrigues (2020).

Cabe destacar que, enquanto parte objetiva do PEPP, ocorreu também uma renovação das Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, em 1996, acompanhando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nessas novas diretrizes, além da Teoria Social Crítica configurar, na esteira do acúmulo teórico ocorrido nas últimas décadas, como central, a Questão Social aparece como objeto fundante da profissão. Yazbek (2021) lembra que a Questão Social passa a ser fundante no novo currículo, o que implica necessária compreensão de suas expressões para formar os novos profissionais, entender os espaços sócio-ocupacionais que se abrem aos assistentes sociais e compreender a estrutura de seus processos de trabalho. Nas palavras de Pereira (2021), a centralidade da Questão Social no novo currículo ajuda a solucionar o equívoco existente entre o Serviço Social e a assistência social, realinhando as perspectivas sobre o real objeto da profissão. Esse reordenamento no novo currículo, acompanhando a produção teórica baseada na Teoria Social Crítica, tenta eliminar de vez a herança conservadora da profissão, intentando tornar hegemônico o Serviço Social de orientação crítica, intelectualmente maduro.

Mas como hegemônico não significa necessariamente homogêneo (Netto, 2009), todos os avanços conquistados nos anos 1980-1990 não passam imunes a projetos profissionais concorrentes, conflitantes, quando não completamente antagônicos. O autor demonstra esse ponto ao argumentar que a incursão da Teoria Social Crítica e a leitura das expressões da Questão Social como fundante do objeto do Serviço Social, não passam sem problemas na atualidade. Assim, evoca-se novamente o problema entre história, teoria e método, herança de um passado que não cessa de se atualizar em função do presente.

Colocar a Questão Social, em suas expressões concretas, como central na atuação dos assistentes sociais, e sua leitura alicerçada em uma Teoria Social capaz de fazê-lo criticamente é, a um só tempo, manter vivo um projeto profissional transformador, e comprometido com as classes subalternas na construção de uma nova ordem societária. Se um dos lados dessa equação for modificado, incorre-se em problemas das mais variadas ordens. Sobre esses problemas, especificamente, está estruturada a terceira parte desse texto.

QUESTÃO SOCIAL, MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO E DILEMAS ATUAIS

Até aqui, foi possível entender de que maneira a Questão Social surge como conceito conservador no capitalismo concorrencial, assumindo outras leituras históricas conformes as teorias sociais e os sistemas ideológicos que o atravessaram. Em seguida, foi também primordial entender a relação indissociável do Serviço Social com o conceito, muito embora a tonalidade das leituras e interpretações tenham variado, historicamente, em função dos aportes teórico-metodológicos que a profissão recebia. Somente após os anos 1980, em que passou a receber o aporte do materialismo histórico-dialético, foi que o Serviço Social se modificou em nova proposta, colocando no centro do debate uma leitura das expressões da Questão Social que se fizesse crítica - movimento que também projeta uma leitura crítica do seu “vir-a-ser” histórico enquanto profissão. Por isso, nessa terceira parte, a intencionalidade reside em discorrer como essas leituras e orientações (teórico-metodológico/ético-política) têm ocorrido atualmente.

Pereira (2021) destaca como a Questão Social, muitas vezes, ocupa lugar puramente recursivo dentro da profissão, perdendo sentido teórico e metodológico. Guerra (2018) tangencia essa problemática, ao demonstrar como a alienação cotidiana, a precarização do trabalho e as demandas conservadoras postas aos profissionais pode contribuir para, entre muitas coisas, esvaziar de sentido sua reflexão sobre o real. Santos (2012) também destaca a problemática do discurso vazio, que reside em falar da Questão Social sem buscar a concreticidade de suas expressões, razão de ser do Serviço Social maduro. Um objeto que existe apenas no plano discursivo, portanto, perde a concreticidade de sua existência, esvaziando-se tanto da singularidade, quanto da totalidade e da particularidade - lembre-se aqui da importante discussão de Reinaldo Pontes em “Mediação e Serviço Social” (2016).

Para entender esse cenário atual, duas discussões são necessárias. A primeira delas, exige um duplo entendimento de que fora do eixo estrutura-conjuntura, nenhuma aproximação com o real se faz suficiente para elucidar as verdadeiras leis gerais contidas nas expressões da Questão Social. A segunda, portanto, demanda a compreensão de que, a depender da teoria social adotada nesse entendimento, o resultado é substancialmente diferente. A reestruturação do currículo mínimo dos cursos

de Serviço Social no Brasil, que passam a se organizar conforme três núcleos - fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos sócio-históricos da formação brasileira e fundamentos do trabalho profissional - dão forma objetiva a essa necessidade, aludindo ao objeto da profissão e ao método adequado à sua compreensão.

Para começar, perde-se de vista em muitas análises o processo de formação social do Brasil. Escapa em muitas análises que o processo de formação da sociedade brasileira resulta em uma estrutura específica, o que formata as classes sociais e suas relações em particularidades que não podem ser ignoradas (Borges et al.; 2021). A título de exemplo, como ignorar que a sociedade brasileira foi erigida sob a exploração da população negra, da colônia aos tempos atuais? Aqui, como não recorrer à Jacob Gorender (2013) ou Florestán Fernandes (2020) para compreender as nuances de um país marcado por revoluções passivas, opressão de raça, formação de uma elite entreguista e conservadora e alta concentração fundiária? Sem os elementos de estruturação da sociedade brasileira, qualquer análise de conjuntura fica à mercê dos situacionismos, ou das narrativas recortadas.

Já a conjuntura, analisada isoladamente sem esses elementos de formação sócio-histórica do Brasil, não dá conta de voltar o olhar para o que há de concreto nas expressões da Questão Social, incorrendo muitas vezes em uma análise da vida social esvaziada de concreticidade. Behring (2021) faz uma excelente abordagem da conjuntura brasileira atual: com o avanço do ultraneoliberalismo, desregulamenta-se e precariza-se mais do que nunca o trabalho, se desfaz o pouco que há de políticas sociais, o fundo público passa a ser alvo de disputa fazendo com que a classe trabalhadora seja duplamente prejudicada em sua alocação, tomam fôlego formas protofascistas de governo que ameaçam a democracia, as indústrias, já escassas, abandonam o território, a classe trabalhadora se vê cada vez mais empobrecida, sem direitos, em condições sub-humanas. O momento atual, destaca a autora, desvela uma conjuntura crítica próprio do capitalismo tardio em seu formato ultraneoliberal, com força altamente destrutiva - do meio ambiente, das relações sociais, dos sistemas de controle pretéritos conhecidos pelo capitalismo. Um cenário caótico que, sendo o Brasil um país localizado na periferia do sistema, pouco industrializado e sem experiência de um Estado de Bem-Estar Social, maximizam os efeitos perversos.

Essa conjuntura, embora resumida, só pode desnudar as expressões da Questão Social se colocadas à luz da estrutura da sociedade brasileira. A concreticidade dessas expressões está no genocídio da população negra e povos originários, na subsunção das classes subalternas nacionais aos interesses de uma burguesia elitista e conservadora, no subemprego das populações pretas e pardas, na formação de um lumpemproletariado regionalizado, na xenofobia entre regiões do país, na acumulação territorial de riquezas, recursos e serviços etc. É nesse sentido que estrutura-conjuntura dão conta de, por meio da Teoria Social Crítica, posicionar no dia a dia as expressões da Questão Social com as quais precisa lidar o assistente social, no campo do concreto.

Mas há que se considerar, ainda, que muito dessa leitura tem sido massivamente sombreada por “novos aportes teóricos”, que de maneiras diversas incidem sobre a proposta atual do Serviço Social - e mudam, conforme já citamos, uma ou outra das partes dessa equação. Netto, em muitos de seus textos, mas cite-se aqui em especial o posfácio do livro “Estruturalismo e a Miséria da Razão” de Carlos Nelson Coutinho (2012), destaca como o sistema ideológico do pós-modernismo ataca, de uma só vez,

teoria e método vinculados à tradição marxista. O autor também discorre em outros de seus textos (Como naquele específico sobre o PEPP) em como o referencial pós-moderno adentra o Serviço Social no formato de ecletismo, muitas vezes considerado “inofensivo” e acaba por esterilizar as possibilidades de aproximação com o real. O arcabouço pós-moderno, muito mais que um conjunto teórico, mas um movimento ideocultural completo (Harvey, 2008) - coloca sob ataque a atualidade do materialismo histórico-dialético, o que, considerando-se o Serviço Social atual, acaba por fazer questionar seu currículo, sua produção de conhecimento e seu projeto profissional. A sombra do pós-modernismo se converte em retrocessos na produção do conhecimento da área - e em releituras problemáticas sobre as expressões da Questão Social (Cantalice, 2016).

Mas esse não é o único ataque aos alicerces do Serviço Social moderno que pode ser observado na atualidade. No Brasil e em alguns países da América Latina, a proposta hegemônica erigida por meio da Teoria Social Crítica tem sido questionada, por frentes amplas: desde aqueles que apontam o “doutrinação” da proposta, passando pelos que evocam um resgate a-histórico dos “clássicos do passado” (como Mary Richmond), chegando aos modelos liberais de projeto profissional, cuja negação do aporte marxista é condição para se efetivar (Montaño, 2006). O autor analisa, por exemplo, como a junção de teorias pós-modernas com o crescente irracionalismo, anti-intelectualismo e especificamente certo anti-marxismo, corroboram com o crescimento de vertentes neoconservadoras do Serviço Social. E em todas elas, dadas as devidas diferenças, é inevitável que se opere uma outra leitura da Questão Social, “renovando” velhos discursos do passado.

O que o que está em debate não é SE o Serviço Social reconhece a Questão Social, mas em COMO se dá esse reconhecimento (Netto, 2010). Estrutura e conjuntura atual apontam para uma expressiva piora das expressões da Questão-Social no Brasil, para as quais há cor e gênero, ao passo de que o Serviço Social deve enfrentar também as investidas ideológicas que o ultraneoliberalismo fortalece e expande, exercendo refluxos sobre os processos de trabalho profissional e sobre a estrutura da profissão. Os assistentes sociais, portanto, sendo parte da classe trabalhadora, atravessando as estruturas estatais - principalmente as políticas sociais - e fazendo parte de uma das categorias recrutadas para lidar com as expressões que emergem das contradições capital-trabalho, se encontram em uma estrutura polimórfica ideologicamente diversa para entender e intervir no real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em guisa de conclusão, foi possível perceber que os trabalhos analisados na pesquisa bibliográfico-documental demonstram que a história do conceito de Questão Social não pode se confundir com a história de sua incursão dentro do Serviço Social brasileiro. Abre-se nesse debate duas linhas que se interpenetram no movimento da história, mas é importante entender as particularidades de cada tratativa. É preciso lembrar que a origem material do fenômeno não corresponde a sua tratativa no debate conservador, entendendo que a Questão Social surgiu como sinônimo de pauperismo no capitalismo concorrencial, mas que depois esse sentido se modificou conforme avançaram as teorias sociais, sobretudo aquelas mais críticas.

Foi identificado também nas fontes como, mesmo não se atendo ao conceito em si, os trabalhos de Marx já desnudavam diversas das faces de sua expressão, tônica que seria crescente nas análises do sistema capitalista no decorrer do século XIX, mas cuja forma seria substancialmente diferente no século XX, agravado por aquela que, como lembra bem Hobsbawm (1995), pode ser tomada como a “Era dos extremos”. As leituras e tratativas acerca da Questão Social no século XX, embora já tivessem recebido a contribuição de diversos trabalhos críticos, não extirpariam a influência conservadora, principalmente em se tratado da burguesia procedendo com uma análise esvaziada da relação capital-trabalho fundamentada por sua decadência ideológica. É nesse contexto que, dadas as circunstâncias da divisão sócio-técnica do trabalho, o Serviço Social brasileiro surgiu como especialização na divisão social do trabalho – o que as fontes demonstram ser leitura acertada de origem da profissão no Brasil.

Portanto, a bibliografia consultada aponta que a gênese do Serviço Social está atrelada à Questão Social, embora isso tenha significado nas suas primeiras décadas de existência uma leitura conservadora que remetia aos aportes franco-belga e estadunidense, respectivamente. Historicamente, com o questionamento SE o Serviço Social compreendia a Questão Social colocado de lado em detrimento do COMO se dava essa compreensão, foram anos de conservadorismo profissional e leituras funcionalistas da realidade até que essa equação fosse alterada. Alteração que só ocorreu com o esgotamento da Ditadura Militar brasileira, mas também com a mudança de perfil e fortalecimento político da categoria. A incursão pelo materialismo histórico-dialético, hoje considerado hegemônico na profissão, não foi breve ou sem lutas. O reposicionamento da Questão Social e sua leitura a partir do método histórico-crítico, formam uma unidade dialética no interior da proposta do Serviço Social atual. E é esse núcleo que dota de sentido a defesa da classe trabalhadora, a centralidade do trabalho, um projeto profissional aliado a um projeto societário. Portanto, fazem parte da base daquilo que se erigiu como proposta madura do Serviço Social brasileiro.

Só que a realidade, em seu múltiplo movimento, não cessa de ameaçar essa nucleação, no devir cotidiano. Primeiro, há que se considerar como a precariedade e desregulamentação do trabalho afetam os assistentes sociais, alienando-os e esvaziando os espaços sócio-ocupacionais de possibilidades concretas. A mercantilização do ensino superior que coloca em risco a formação de profissionais críticos, somada a precarização generalizada do trabalho é combinação perigosa e onipresente na categoria. É preciso, por isso, organização política e articulação dos assistentes sociais, pois o avanço do conservadorismo e a mercantilização da vida cotidiana não se impede com mera retórica. Em segundo, a pesquisa e produção de conhecimento da área, que há décadas buscou acumular conhecimento próprio e reconhecido na área do Serviço Social, parecem sofrer influxos e refluxos do ideário pós-moderno, sistema ideológico central no capitalismo tardio que demarca a decadência ideológica burguesa. Aqui, mais do que nunca, é preciso ter rigor na produção do conhecimento, nas pesquisas, na aproximação com a realidade. Manter-se vigilante naquilo que deve ser a ortodoxia do método.

Portanto, entender que o ecletismo “inofensivo” não existe, e que se deve combater ativamente o avanço das teorias pós-modernas e seus discursos no Serviço Social. Em terceiro, não se pode ignorar que a relação estrutura-conjuntura na atualidade dá formas específicas às expressões da Questão Social, e que apreende-las fora de um método crítico é tarefa árdua que vai desembocar em semiologismos e situacionismos. Por isso, o método tem que ser ativo e constantemente discutido, na formação profissional e na

atuação dos assistentes sociais. Em quarto, representando uma junção problemática de todos esses pontos, é necessário entender de onde surgem, como se sustentam e a que(m) serve(m) os projetos profissionais antagônicos. Na sociedade do negacionismo e do anti-intelectualismo, não são benéficos projetos profissionais que, de uma ou outra maneira, tentem trazer à tona a supremacia da técnica, a pretensa neutralidade, o irracionalismo. Aqui, uma articulação urgente se faz necessária entre as formas político-organizativas da categoria, universidades e profissionais de base. As limitações do estudo estão no seu caráter bibliográfico-documental e nas possibilidades contínuas de acréscimos históricos à reconstrução dessa trajetória, podendo os futuros estudos se debruçarem de forma mais detalhada no objeto proposto. Em resumo, postos os desafios no horizonte, a luta cotidiana é a resposta necessária.

REFERÊNCIAS

- Behring, E. R. (2021). *Fundo público, valor e política social*. Cortez Editora.
- Borges, M. E. S., Silva, E. L., Adriano, A. L., Coutinho, G. B. S., Silva, L. R., & Azevedo, Y. de O. M. (2021). a questão social na história: Apontamentos sobre a conjuntura brasileira. *Temporalis*, 21(42), 126–146. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p126-142>
- Cantalice, L. B. de O. (2016). Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: Tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional. *Temporalis*, 16(32), 231–260. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2016v16n32p231-259>
- Castro, M. M. (2011). *História do Serviço Social na América Latina* (12º ed). Cortez.
- Coutinho, C. N. (2012). *Estruturalismo e a miséria da razão* (3ª edição). Expressão Popular.
- Fernandes, F. (2020). *A Revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica* (6º ed). Editora Contracorrente.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6º ed). Atlas.
- Guerra, Y. (2018). A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. Em *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social—Desafios contemporâneos* (3º ed). Cortez.
- Harvey, D. (2008). *A Condição Pós-Moderna—Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (17º ed). Edições Loyola.
- Hobsbawm, E. (1995). *A era dos extremos—O breve século XX (1914-1991)*. Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2018a). *A era do capital (1848-1875)* (28º ed). Paz e Terra.
- Hobsbawm, E. (2018b). *A era dos impérios (1875-1914)* (25º ed). Paz e Terra.
- Iamamoto, M. (2013). *Renovação e conservadorismo no Serviço Social* (13º ed). Cortez Editora.
- Iamamoto, M. (2022). Nas trilhas coletivas da resistência—Serviço Social e lutas sociais na América Latina. *Temporalis*, 22(44), 18–42. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2022v22n44p18-42>
- Iamamoto, M., & Carvalho, R. (2014). *Relações sociais e o Serviço Social no Brasil—Esboço de uma interpretação histórico-crítica* (41º ed). Cortez.

- Marx, K. (2017a). *O capital: Crítica da economia política—Livro II: o processo de circulação do capital* (2º ed). Boitempo.
- Marx, K. (2017b). *Os despossuídos*. Boitempo.
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã* (1º ed). Boitempo.
- Montaño, C. (2006). Um projeto para o Serviço Social crítico. *Revista Katálysis*, 9(2), 141–148. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802006000200002>
- Mota, A. E., & Rodrigues, M. (2020). Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário. *Revista Katálysis*, 23(2), 199–212. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n2p199>
- Netto, J. P. (2009). A construção do projeto ético-político do Serviço Social. Em *Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional* (p. 1–22). Cortez Editora.
- Netto, J. P. (2010). Prefácio à 3ª edição. Em *A categoria “questão social” em debate: Vol. v.17* (p. 124). Cortez Editora.
- Netto, J. P. (2011a). *Capitalismo monopolista e Serviço Social* (8º ed). Cortez.
- Netto, J. P. (2011b). *Introdução ao estudo do método em Marx*. Expressão Popular.
- Netto, J. P. (2018). *Ditadura e Serviço Serviço Social—Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64* (17º ed). Cortez Editora.
- Pastorini, A. (2010). *A categoria “questão social” em debate* (Vol. 17). Cortez Editora.
- Pereira, P. A. P. (2021). Questão Social, Serviço Social e a proeminência das desigualdades antagonizadas. *Temporalis*, 21(42), 31–43. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p31-43>
- Pontes, R. N. (2016). *Mediação e Serviço Social* (8ª). Cortez Editora.
- Santos, J. S. (2012). *“Questão Social”—Particularidades no Brasil*. Cortez Editora.
- Siqueira, L. (2013). *Pobreza e Serviço Social—Diferentes concepções e compromissos políticos*. Cortez.
- Yazbek, M. C. (2021). Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. *Temporalis*, 21(42), 16–30.